

Português brasileiro: mito ou realidade sob o olhar da sócio-história do Brasil

Prof. Dr. Adriana dos Santos Prado Sadoyama

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre a importância histórica e social do Português brasileiro colonial e pós-colonial. A relevância do estudo gramatical com a caracterização fonética, morfológica e sintática dentro das escolas brasileiras como instrumento não estigmatizante e separatista. A busca do reconhecimento lingüístico, do multilingüismo do Português brasileiro, sua importância histórica formadora da cultura brasileira.

Palavras-chave: estudo gramatical, multilingüismo, Português histórico.

Abstract

This article is a reflection about the historic and social importance of the Brazilian portuguese during and after colonial period. The relevance of the grammatical study with the characterization phonetic, morphologic and syntactic inside of the Brazilian schools as instrument non stigmatizing and separatist. The search of the linguistic recognition of the Brazilian Portuguese's multilinguistic and its historical importance that constitute the Brazilian culture.

Key words: grammatical study, multilinguistic, historical Portuguese.

Sobre a autora

Adriana dos Santos Prado Sadoyama

email: drisadoyama@yahoo.com.br

Graduada em Letras: Português/ Inglês e suas literaturas
pela Universidade de Marília - SP.
Mestra em Educação
pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP.
Doutora em Letras: Língua Portuguesa/Linguística
pela Universidade Estadual Paulista- Unesp/ Araraquara-SP.

Publicações

“Informação, comunicação e semiolinguística:
uma discussão acerca do interrelacionamento
entre estas disciplinas e da qualidade informacional de mensagens”
Revista Athos e Ethos das Faculdades Integradas de Patrocínio - 2001.
“As interfaces do Português:
um olhar oblíquo sobre as concepções do ensino da Língua Materna”
Editora Alternativa - Uberaba - 2005.

Português brasileiro: mito ou realidade sob o olhar da sócio-história do Brasil

Prof.^a Dr.^a Adriana dos Santos Prado Sadoyama

1. Introdução:

Esta reflexão nasceu da prática de aula de uma disciplina que leciono nomeada de Formação Histórica do Português. Para sair da rotina de simplesmente fazer o estudo histórico desta formação, sugeri aos discentes uma pesquisa bibliográfica, não menos que cultural, da influência lingüística e seus aspectos fonéticos, gramaticais, sintáticos, semânticos de dezesseis línguas que formaram nosso Português brasileiro. Esta pesquisa intitulei de “*Raízes do Brasil: Uma perspectiva histórica cultural do Português brasileiro*”. Algo que deveria ficar restrito à sala de aula tomou uma dimensão tão grande que não só envolveu a comunidade acadêmica, mas também, a não acadêmica. O empenho dos alunos foi tão apaixonante, que a cada apresentação saíam reflexões e estudos que nos provaram a riqueza cultural, histórica e, não mais importante, gramatical do nosso Português do Brasil.

Diante de material tão rico, enquanto docente responsável pela disciplina e atuante no ensino de Português, não poderia deixar de divulgar e defender a importância para o discente na descoberta da formação da língua, principalmente de sua língua materna e o quanto esta descoberta influenciará na sua vida acadêmica e de futuro docente. Mas não seria um trabalho valoroso se não tivéssemos a fundamentação teórica de grandes

estudiosos brasileiros na incessante pesquisa da formação do Português do Brasil. Marcos Bagno(2004) faz uma alusão a John Lyons(1968) sobre a abordagem dos fenômenos lingüísticos proposta pelos gramáticos alexandrinos que incorreu no que ele chama de “dois equívocos fatais”: O primeiro na separação rígida entre língua escrita e língua falada; o segundo, na forma de encarar a mudança das línguas (que é simplesmente “mudança”, e não “corrupção”, “ruína” ou “decadência”, como eles acreditavam - e muita gente até hoje acredita). Para Lyons, esses equívocos se uniram para formar o “erro clássico” no estudo da linguagem, erro que se perpetuou durante dois milênios e somente no final do século XIX e início do século XX começou a ser criticado e revisto. Ainda assim, persiste em muitos profissionais “o erro” de não acreditar que o ensino da Língua Portuguesa parte do conhecimento lingüístico e da prática da linguagem, o que Saussure denominou de parole. O conhecimento de língua, para o homem, enquanto ser aprendiz se dá através da fala e, a partir desse contato, ele se torna um aprendiz intuitivo da gramática (o que chamamos de gramática internalizada) e cabe ao profissional de ensino nortear caminhos “reais” nesta aprendizagem, sendo assim, não frustrará e estigmatizará o aprendiz com a “Bíblia” da Gramática Tradicional.

Já está mais do que provado que o nosso aluno não sabe Português e não tem a mínima vontade de mudar este quadro. Ele simplesmente sabe da necessidade e não da importância do aprendizado da língua materna. Ao se dedicar exclusivamente à língua escrita, a Gramática Tradicional deixou de fora toda a língua falada. Ora, em termos de quantidade de pessoas, as línguas sempre foram muito mais faladas do que escritas. Até hoje, em pleno século XXI, milhões de pessoas vivem e morrem sem saber ler nem escrever, mas sabendo perfeitamente falar a sua língua materna (e às vezes até mais de uma língua). Só isso já basta para mostrar o caráter elitista da Gramática Tradicional que desprezou todo o uso oral das línguas, para se concentrar apenas no uso feito pelas poucas pessoas que pertenciam à “aristocracia”, isto é, à classe que detinha o poder econômico, político e ditava as normas do que era bom e certo em todos os aspectos da vida social.

Com toda essa tradição, qualquer gramática normativa emprega as regras gramaticais em textos tirados das obras de escritores, de preferência do passado, e que são

escritores portugueses lusitanos. O mesmo se dá com os dicionários, deixando de lado e intitulando como “corruptela”, “barbarismo”, “solecismo” ou “vício de linguagem” as riquezas das variantes lingüísticas e os significados encontrados na língua falada ou em outros gêneros de língua escrita.

O maior problema da Gramática Tradicional é que ela se tornou um instrumento de poder e dominação estigmatizando todos aqueles que não seguiam à risca suas regras de “bom falar”. Mas a Gramática Tradicional não conseguiu controlar toda a vitalidade da língua falada, fazendo com as “regras gramaticais” definições, conceitos, muitas vezes incoerentes, paradoxais, confusos e até contraditórios.

Com os recentes estudos da gramática sintagmática, esta contradição tem sido colocada em evidência nos estudos da morfossintaxe. Muitos conceitos de natureza morfológica entram em contradição no âmbito sintático, e, muitas vezes, o aluno se vê em meio a um turbilhão de regras e mais regras, quando na verdade, o mesmo elemento, termo, palavra adquire naturezas gramaticais diversas inseridas em um determinado contexto. A confusão é tão grande que o estudante da língua perde o entusiasmo nas séries iniciais e carrega o estigma de ser um excluído da “norma padrão de linguagem”.

Alguns “furos” são constantes tais como: O sujeito é o termo essencial da oração.

Será mesmo? Observe o enunciado abaixo: Choveu muito a noite passada em São Paulo.

Como o sujeito pode ser termo essencial se existem orações sem sujeito? Ora se não têm sujeito, não poderiam ser orações, dentro da doutrina que vê o sujeito como termo essencial. As classificações rígidas das palavras que se faz tradicionalmente em colocar palavras em compartimentos separados, sem levar em conta o papel que elas exercem em enunciados autênticos é o que chamamos de “contradições da Gramática Normativa do ensino do Português”. Eu só posso dizer que uma palavra é substantivo, adjetivo ou advérbio depois de analisar as múltiplas funções que ela exerce dentro do enunciado e as diversas relações que ela estabelece com o resto do texto. Nas análises morfológicas tradicionais, porém, este fato não é levado em conta. É como se as análises morfológicas e sintáticas fossem antagonônicas e não dependentes.

Se formos aprofundar na crítica ao estudo da Gramática Tradicional, vamos en-

contrar inúmeros problemas de incongruência, contradição nos termos usados para definir e conceituar os fenômenos lingüísticos.

De tudo isto se conclui que a Gramática Tradicional não tem bases *Científicas* consistentes. Seus preceitos são o resultado de transformar dogmas em “verdades” definitivas. Ainda sim, não vamos descartar a Gramática Tradicional. Afinal, ela condensa a atividade intelectual de muitas gerações de estudiosos que tentaram investigar o funcionamento da linguagem humana. O que é preciso, sim, é deixar de ver a Gramática Tradicional como uma doutrina “sagrada” e “infalível”. Para que os estudos gramaticais possam voltar ao seu lugar de origem: o da investigação do fenômeno da linguagem, o da tentativa de compreender a relação entre língua e pensamento, o do exame das relações que as pessoas estabelecem entre si por meio da linguagem.

Em suma, deve-se empreender o estudo da gramática das línguas, dentro de uma perspectiva científica, de acordo com os conceitos modernos de ciência. Para isto, temos que parar definitivamente de usar a Gramática Tradicional como detentora de verdades absolutas e incontestáveis a respeito da língua, mudando esta atitude irracional e buscando meios e soluções para o aparente “caos” da língua de todos os dias.

2. Um exame sócio-histórico do Brasil e a heterogeneidade do Português brasileiro

Antes de nos aprofundarmos nesta reflexão, faremos um breve relato das primeiras pesquisas brasileiras no âmbito do Português popular brasileiro.

Serafim da Silva Neto foi quem de fato investiu nas fontes impressas a ele disponíveis para reconstruir uma história externa do Português do Brasil. Contudo, é ele próprio que diz, ao findar a introdução de seu livro de 1950, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, que chegou ao pensamento:

Sabemos que o nosso trabalhinho é passivo de acrescentos até de correções. O material é imenso, e dele só pudemos recolher parte (1986: 17).

Sem a falsa modéstia do termo “trabalhinho”, Serafim da Silva Neto simplifica

no seu livro a visão “lusitanófila”, “indianófila” e “africanófila”, referindo-se a vários autores que naquela época, bem como, até hoje, se detiveram com paixão sobre a questão do Português brasileiro e, como ele, não mediram esforços para consagrar esta herança deixada por um pesquisador incontestável. Pouco antes de morrer em 1960, Silva Neto, deixa uma obra inacabada que apresenta sob o título *A língua portuguesa no Brasil: problemas*. Após a sua morte, um “silêncio” mórbido e o medo de questionar um dos grandes especialistas da Língua Portuguesa e os primeiros passos dos estudos sincrônicos lingüísticos no Brasil, calaram as vozes afoitas por respostas nos anos que se seguiram.

Em 1985, o ensaio sintético sob o título *O português no Brasil*, de Antônio Houaiss, na sua peculiar erudição, retoma o tema e o ajusta a uma nova orientação que supera as precedentes orientações “indianófilas”, “africanófilas” e “lusitanófilas”, enquadrando o Português do Brasil no contexto multilíngüe e multidialetal da sociedade brasileira desde as suas origens.

Em uma citação brilhante, Houaiss trata de “como enfrentar” a questão sincrônica e diacrônica do Português brasileiro:

Não preenchemos ainda os requisitos da pesquisa e conhecimento com que se possa elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil - Na dupla face com que se costuma fazer tal história: a externa, em que se articulam fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico - lingüísticas dos ocupantes e fatos das prevalências e desaparecimentos das línguas, e a interna, em que tomando o fenômeno lingüístico do português para cá trazido, se examina a evolução que cada componente e cada estrutura a que teve, de modo que haja uma “explicação” mais ou menos segura das causas das diversidades horizontais e verticais aqui havidas. (HOUAISS, 1985: 31-32).

Supomos que o entendimento da heterogeneidade dialetal brasileira deve fundamentar-se em um levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos languageiros havidos a partir (e mesmo antes para os indígenas e negros) que foi e vem sendo pesquisados com afinco por ilustres, se não heróis, colegas que se dedicam com paixão na formação do Português brasileiro.

Os primeiros passos foram dados por estes brilhantes pesquisadores e não foi em vão que suas “vozes” influenciaram e influenciam na permanência de muitos seguidores

que perpetuam seus trabalhos e conquistas no âmbito social e ideológico.

Sabemos que o nosso Português brasileiro é tão ou mais rico que muitas línguas estrangeiras, isto colabora com a busca ufânica brasileira há muito esquecida. Todas as escolas, sejam elas de ensino fundamental, médio ou superior deveriam proporcionar ao discente uma disciplina interdisciplinando com a história, não só sobre o estudo gramatical do Português, mas também ir além das fronteiras didáticos-pedagógicas incentivando a pesquisa na busca da riqueza da nossa língua materna.

Isto independe de metas governamentais, projetos de estado, leis e normas dos PCNs. A força ideológica do professor como formador de opiniões é o trunfo que toda escola, país tem para divulgar a boa educação e atingir os tão sonhados índices estatísticos medidos pelos órgãos internacionais. A conscientização do profissional do ensino de línguas é individual e não existem metas governamentais que elaborem melhor ou desenvolvam a paixão pelo magistério do que o próprio docente.

3. A escola como aparelho homogeneizador da escolarização

A classe dominante do Português culto, bem falado, se vê em cheque com a livre normatização nos séculos anteriores ao século XIX.

A dialeção regional se definia, concomitantemente ao recesso multilíngüismo generalizado e ao correspondente avanço de um Português geral e heterogêneo. Buscando fontes históricas encontramos Antero de Quental tentando dizimar esta heterogeneidade proibindo o Tupi-Guarani de ser falado ou ser escrito na colônia. Mas pouco durou este controle, pois com a escravatura esta heterogeneidade aumentou, sendo impossível controlar tal fenômeno lingüístico. Daquela época até hoje sabemos que são poucos privilegiados que têm acesso à escola, com isto designando o Português brasileiro culto como mediador de condições sócio-econômicas abastadas. Infelizmente, até hoje, muitos profissionais frustram os seus discentes impondo o Português das classes dominantes. A própria língua vem sendo instrumento ideológico e social para o domínio do proletariado pelas classes dominantes (burguesia e intelectuais).

4. Sobre o Português brasileiro

A sociolinguística brasileira, implementada com vigor a partir da década de setenta, assumiu a designação *português brasileiro*- e com ela a assumimos - para a língua oficial amplamente majoritária do Brasil. Este sintagma com o qualificador integrado ao núcleo substantivo reflete, certamente, o conhecimento progressivo com base em estudos científicos sistemáticos sobre a nossa realidade linguística.

Tudo isto favorecido, sem dúvida, pela introdução da linguística como disciplina acadêmica obrigatória em 1966, pela possibilidade de pesquisa nas universidades através do sistema de dedicação exclusiva; mas, sobretudo, pelo sistema de pós-graduação expandida no Brasil, de 1970 para cá, que implicou, necessariamente, a exigência de produção de pesquisa contínua no âmbito das universidades do Brasil.

Como destaca Tânia Lobo, da nova geração de linguistas que está se dedicando ao Português brasileiro, em bem colocado artigo de 1994 sobre este tema, a estratégia primeira de evitação foi designar o Português brasileiro de *língua nacional*. João Ribeiro, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes são autores, respectivamente, dos livros: **Língua nacional, A língua nacional e seu estudo e Idioma nacional** (LOBO, 1994: 11).

Seja qual for a designação para o nosso Português, ele é, sem dúvida, a junção social, cultural e linguística de povos que contribuíram para sua formação. Para fundamentar esta reflexão baseei-me em pontos de vista de grandes pesquisadores. Tarallo(1980), através de trabalhos dos estudiosos Gregory Guy e Antony Naro, conclui:

Apesar de conceber o português do Brasil como um sistema heterogêneo e variável, defendo que ele não pode ser analisado como um sistema unitário, mas um sistema plural, mais precisamente um diassistema, constituído por pelo menos dois subsistemas, também eles heterogêneos e variáveis, que defini aqui como normas. O resgate do conceito de norma que aqui se faz do quadro da teoria sociolinguística, isto é em termos qualitativos distintos do escopo estruturalista do qual este conceito provém, justifica-se na medida em que numa mesma comunidade de fala, definem-se sistemas de valores e padrões de usos linguísticos distintos ou mesmo antagônicos. (TARALLO, 1980: 27).

Esta perspectiva de mudança fundamenta-se em estudos que sugerem que a

norma culta, ou seja, os padrões de uso dos segmentos escolarizados, dos falantes das classes média e alta, tende a perder características do padrão europeu original. Esta polarização com que todos convivemos, sobretudo aqueles em que na sala de aula têm como objeto de ensino a Língua Portuguesa, se vêem numa encruzilhada quando se deparam com o multilingüismo do Português brasileiro e não sabem agir com maturidade científica aproveitando esta riqueza lingüística e banindo de vez a responsabilidade do docente em preservar tal patrimônio.

Para finalizar, sintetizo que para atingir o objetivo de reconstrução de uma história do Português brasileiro teremos de enfrentar a reconstrução de uma história social lingüística do Brasil, a partir de fontes históricas múltiplas. William Labov, no seu livro de 1994, nos faz um convite a esta reflexão histórica. Como pesquisadora interessada em compreender o aspecto fundamental de sua história pregressa aceitei o convite. Venho como muitos pesquisadores enfrentando o caminho do preconceito, da crítica daqueles que se nomeiam conhecedores da Língua Portuguesa.

Apesar dos obstáculos, tenho encontrado terrenos férteis e apoio de colegas que estão há mais tempo nesta caminhada. E são nos conselhos destes colegas que encontro incentivo na busca de novos conhecimentos.

5. Considerações finais

Com a implementação de estudos de historiadores, sociólogos e antropólogos sobre a sociedade que se constituiu e se constitui no Brasil; com avanços da lingüística moderna contemporânea que define qualquer língua histórica como heterogênea ou diversificada em variantes dialetais correlacionáveis a configurações sociais, próprias à sociedade em que é usada, não se pode mais aceitar afirmativas tradicionais. A língua de maior prestígio era, sem contraste, a Portuguesa. As línguas indígenas e africanas, por ágrafas, não tinham “great tradition”. O Português quinhentista fizera-se uma língua poderosa de uma nação poderosa. Nos contatos com a loquela inumeral e indígenas e africanos, a sua hegemonia seria fatal.

Temos de acreditar no poder desta nação através da valorização dos nossos bens

históricos, sociais e ideológicos. E por aí, pode-se fechar a reflexão sobre a natureza de uma gramática ligada aos objetivos do ensino escolar de Língua Portuguesa, isto é, sobre a concepção de uma gramática escolar.

Pode-se considerar que os dois campos em que se situam os pontos das diversas controvérsias - que são o da lingüística e o da disciplina escolar - não podem ser vistos como estranhos entre si, nem como atuações em competição e em processo de destruição mútua. Pelo contrário, nenhum dos dois campos precisa vencer ou substituir o outro, exatamente porque eles se alimentam mutuamente. É absolutamente evidente, por exemplo, que renovações no ensino se devem à circulação da teoria lingüística, assim como é evidente que claudicações na condução escolar da reflexão sobre a linguagem não devem emperrar o desenvolvimento da ciência lingüística que aproveita maximamente para a prática escolar da linguagem, para a desejável atuação da escola no bom desempenho lingüístico dos alunos.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003. 176p.

BAGNO, Marcos; STTUBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002. 248p.

_____. **Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Parábola, 2004. 184 p.

HOUAISS, A. (1985). *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/ UNESCO. Instituto Sócio-Ambiental (org.) . (2000). *Povos Indígenas no Brasil 1996/ 2000*. São Paulo: I.S.A

SILVA NETO, Serafim da. *A Língua portuguesa no Brasil: problemas*. Rio de Janeiro: Acadêmica. 1960.

LABOV, W. Building on Empirical Foundations, in: Lehmann, W. e Malkiel, Y. (orgs.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: J.B. Publishing Company, 1981: 7-92.

LOBO, T. (Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil, in: **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. 1994: 9-16.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004: 174.

SILVA, Rosa Virgínia Matos e. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. 86p.

SILVA, Rosa Virgínia Matos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004. 167p.

SILVEIRA, Regina Célia P. da. **Português: língua estrangeira: perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1998. 118p.

TARALLO, F. **Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.